

Foram as correções da primeira crise que geraram a segunda

José Carlos de Souza
Braga (*)

A conjuntura econômica agravava-se dia a dia, marcada pela autonomia dos movimentos financeiros. Desenvolve-se a segunda crise estrutural da economia brasileira desde a industrialização pesada dos anos 50, com o Plano de Metas.

Por isso, o momento atual põe vários problemas simultaneamente. Uns, aparentemente apenas de ordem conjuntural, tais como a aceleração inflacionária, o aprofundamento do desemprego, o déficit público, o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Porém tais problemas se encontram entrelaçados e dinamicamente determinados por questões estruturais, tais como a insuficiência de intermediação financeira interna; a superada estrutura tributária; a dilapidação das bases financeiras e político-administrativas do setor público; o atraso na incorporação das massas populares aos benefícios de renda e consumo, possíveis dada a vigorosa industrialização ocorrida no País.

Frente a problemas dessa dimensão, a política econômica limita-se, agora, a fazer a "regulação estatística da crise".

Na primeira crise do Brasil industrializado, aquela de 1962 a 1967/68, não somente tivemos as rupturas institucionais conhecidas como dela só saímos através de discutíveis, porém, importantes mudanças nos arcabouços financeiro-creditício, fiscal e político-administrativo. As conhecidas reformas de Campos e Bulhões.



curto, para que a sociedade convivesse com as ditas debilidades. Quais os exemplos? A panacéia da correção monetária, mantida intocável, nas suas aplicações sobre ativos financeiros, por tempo além da conta, não terá sido uma bomba-relógio cravada por conveniências de um retrógrado sistema financeiro, cujos privilégios impediram seu desligamento em tempo hábil? É uma ironia histórica assistir ao dr. Bulhões, o criador, clamar, tardiamente, para que seus discípulos ineptos providenciem o sacrifício da criatura.

A expansão dos financiamentos externos não foi estimulada em boa parte porque isto permite manter intocados os critérios de aversão ao risco do sistema bancário doméstico, renitente em associar-se ao investimento industrial? Não é esta debilidade, agravada pelo predomínio, na estrutura industrial, de firmas multinacionais, clientes preferenciais do siste-

ma bancário, livres de uma regulação estatal, tal como a que seria pertinente numa política tecnológico-industrial, legitimada socialmente e articulada com os setores produtivos estatal e privado nacionais?

Em vez de conceber-se um orçamento público integrado, em que as empresas estatais obedecessem a uma lógica global de financiamento e de produção do setor público, com adequada retaguarda fiscal, não foi preferido exigir das estatais uma lógica privada?

Com isto, elas não foram levadas ao endividamento externo, quando com financiamento interno adequado poderiam gerar demandas para o setor doméstico de bens de capital? Noutro momento, contrário, não foi exigido das estatais que tomassem dólares apenas para cobrir o balanço de pagamentos?

Para gerar a contrapartida, em cruzeiros, dos dólares que entravam e para, simultaneamente, controlar a base monetária (bale-

la monetarista anti-inflacionária), não se transformou a dívida pública num instrumento de indole puramente financeiro-monetária, lastro de especulação, no curto prazo, divorciada do dispêndio produtivo?

Para suportar esta balança financeira não se tem exigido que o orçamento fiscal seja superavitário (corte dos dispêndios produtivos) e que os investimentos das estatais sejam virtualmente paralisados?

Frente a um quadro perverso de distribuição de renda, não se elaborou uma política social precariamente financiada e que hoje se encontra falida, no exemplo da previdência social e de habitação popular?

A crise atinge em 1983 seu ponto culminante, uma vez que a dimensão financeira ganha plena autonomia e a taxa de juros inflexibiliza-se à baixa bem como a inflação. A dívida pública, a dívida externa, as dívidas das empresas

estatais e privadas não param de crescer, mesmo que os dispêndios produtivos e a renda nacional declinem em termos reais, até por estímulo da política econômica. Os encargos financeiros das próprias dívidas fazem com que elas se expandam, no tempo, sem contrapartida na produção de bens e serviços. As dívidas tornam-se impagáveis.

Desindexação é o nome acahado do processo de desmontar a bomba do débito; mas ela se presta a contorcionismos e logo se transforma em manipulações dos índices, de preferência, se possível, os relativos aos salários.

É evidente que se impõe uma desindexação, porém, entendida como elo de uma reformulação financeira global, que estruture a intermediação creditícia, pública e privada, de forma solidária com os investimentos de médio e longo prazo.

O repúdio à intervenção estatal é a manifestação

ideológica de um problema real: qual a reestruturação pertinente das bases financeiras e político-administrativas do Estado brasileiro? Suas ações presentes têm impedido a recuperação, desarticulando a economia pública e privada. É esta "estatização antipública" e "anti-social" que cabe eliminar. A complexidade da crise, em seu momento de autonomia financeira, sancionada pelo Estado, impõe a constituição, pela sociedade, de uma nova agenda governamental que, inclusive, promova a recomposição do caráter público das empresas e demais órgãos do Estado brasileiro. A agenda baseada nos "pacotes" perdeu a legitimidade social e econômica, carece de credibilidade, não convence e não convém.

(*) Professor de Economia da Unicamp; gerente do Centro de Estudos Econômicos do Fundap — Fundação do Desenvolvimento Administrativo, de São Paulo.

Tais transformações, entretanto, se viabilizaram a "milagrosa" expansão de 1968 a 1974/76, o fizeram corroborando determinadas instabilidades estruturais e criando mecanismos compensatórios, de fôlego